



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16ª Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO

O Estado e a liberdade entre os liberais e os neoliberais:

Um estudo comparativo entre Smith e Hayek

The State and freedom among liberals and neoliberals:

A comparative study between Smith and Hayek

Bruna Medeiros Gouvêa; Doutoranda pela UFF; brunagouvea@id.uff.br

RESUMO: A transição do liberalismo clássico para o neoliberalismo destaca-se por ser contrarrevolucionária e conservadora, limitando a concepção de liberdade ao mercado e aceitando qualquer regime em prol do capitalismo, modificando a compreensão de liberdade. É importante compreender e distinguir as vertentes do liberalismo, refletindo sobre a concepção de liberdade e governança. A comparação entre Adam Smith e August Von Hayek, representantes do liberalismo clássico e neoliberalismo, respectivamente, ilustra visões divergentes sobre o papel do Estado, que deriva diferentes relações no que diz respeito a democracia e o planejamento econômico. O objetivo deste trabalho é diferenciar os autores a fim de compreender os riscos decorrentes da nova perspectiva para o entendimento do Estado nos dias atuais e suas implicações no fortalecimento da extrema direita.

Palavras-chave: Liberalismo. Neoliberalismo. Smith. Hayek.

ABSTRACT: The transition from classical liberalism to neoliberalism stands out for being counterrevolutionary and conservative, limiting the conception of freedom to the market and accepting any regime in favor of capitalism, modifying the understanding of freedom. It is important to understand and distinguish the strands of liberalism, reflecting on the conception of freedom and governance. The comparison between Adam Smith and August Von Hayek, representatives of classical liberalism and neoliberalism, respectively, illustrates divergent views on the role of the State, which derive different relationships with regard to democracy and economic planning. The objective of this paper is to



differentiate the authors in order to understand the risks arising from the new perspective for the understanding of the State in the present day and its implications in the strengthening of the extreme right.

Keywords: Liberalism. Neoliberalism. Smith. Hayek.

Introdução

A proliferação de indivíduos autodenominados "liberais" e a ampla variedade de autores rotulados como liberais por seus críticos têm gerado uma "superabundância" de liberalismos e uma confusão semântica em torno do termo, resultando em um esvaziamento de seu significado (BOTTICELLI, 2017). Diante desse contexto, é de extrema importância abordar inicialmente a questão semântica, uma vez que a compreensão do fascismo e suas características fundamentais estão intrinsecamente ligadas à forma como determinadas palavras têm sido e ainda são utilizadas (LANDA, 2009). Essa problemática assume um papel de relevância significativa no atual cenário mundial.

O liberalismo clássico, originado na Inglaterra, Escócia e posteriormente na França, representa um movimento de pensamento que se desenvolveu com figuras como John Locke, David Hume, Adam Smith e Jean-Jacques Rousseau. Esses pensadores contribuíram para a formação e consolidação das bases do liberalismo, com a influência do Iluminismo, que trouxe consigo a valorização da razão, do progresso e da ciência. Embora o Iluminismo tenha abrangido uma ampla gama de ideias, muitos de seus princípios se alinham com os do liberalismo clássico. (MERQUIOR, 2014)

O surgimento do liberalismo está intrinsecamente ligado à luta de classes entre a emergente burguesia capitalista e a nobreza e Igreja, que detinham o poder há séculos. A burguesia revolucionária buscava remover ou ao menos limitar o poder dos governantes opressores que sugavam a riqueza produzida pelos burgueses. Os pensadores dessa classe emergente acreditavam que as estruturas jurídicas feudais restringiam o livre desenvolvimento da economia. Assim, a limitação do poder estatal e a liberdade individual, incluindo a liberdade religiosa, tornaram-se os principais objetivos do liberalismo. (VÁRNAGY, 2006)

Historicamente, o liberalismo ganhou destaque durante a Revolução Gloriosa de 1688,



na Inglaterra, que visava a tolerância religiosa e o governo constitucional. Esses dois princípios se tornaram pilares do sistema liberal e foram difundidos ao longo do tempo no mundo ocidental. (MERQUIOR, 2014; VÁRNAGY, 2006).

Após a Revolução Francesa e o período de ditadura jacobina, o liberalismo enfrentou novos desafios à liberdade. O liberalismo burguês, que lutava contra os privilégios aristocráticos, adotou uma postura de "juste milieu" (meio-termo), buscando um equilíbrio entre o antigo absolutismo e a nova democracia. A doutrina liberal passou a defender uma monarquia limitada e um governo popular também limitado, com restrições ao sufrágio e à representação apenas para cidadãos prósperos. (MERQUIOR, 2014)

Inúmeros "liberais" modernos, de fato, não apenas diferem, mas opõem-se, em certos aspectos, ao "liberalismo" concebido e praticado em sua gênese. Por outro lado, é válido ressaltar que muitos conservadores modernos são, efetivamente, adeptos do liberalismo clássico, algo que ocasionalmente exaltam com orgulho explícito. Assim sendo, é de suma importância compreender o liberalismo não como uma entidade atemporal, mas sim como um processo histórico. (LANDA, 2009).

Ao comparar as ideias de um fascista em seu auge com o pensamento de um liberal clássico, notamos a presença de divergências notáveis. Com efeito, o fascismo subverteu e aniquilou muitos dos ideais e instituições fundamentais do liberalismo clássico, tais como a governança parlamentar, o compromisso com a lei e a ordem, bem como a liberdade de consciência e expressão, entre outros. No entanto, o liberalismo é composto por um complexo de conceitos e instituições desenvolvidos num período histórico específico, com vistas a atender necessidades concretas. Desse modo, deve-se reconhecer a possibilidade de alterações no seio do liberalismo, quando as circunstâncias mutáveis e as necessidades modificadas forem devidamente abordadas e supridas (LANDA, 2009).

Assim, torna-se necessário compreender e diferenciar as diversas vertentes do liberalismo, estabelecendo uma distinção a fim de assimilar os impactos decorrentes das mudanças desse pensamento, especialmente no que diz respeito à percepção do Estado e às formas efetivas de governar e conceber políticas no contexto do capitalismo contemporâneo. Além disso, diante do surgimento de uma extrema direita autodeclarada



liberal, que se diz defensora da liberdade, deve-se apreender qual é essa liberdade tratada e como ela se distancia de uma liberdade idealizada nos primórdios do pensamento liberal. Desta maneira, este trabalho compara o grande nome do liberalismo clássico: Adam Smith, com o neoliberal August Von Hayek, sendo que este último proclama Smith como seu mentor e fonte de inspiração.

1. O contexto do liberalismo clássico

No final do século XVII e no início do século XVIII, surge na Europa o movimento iluminista, decorrente de uma revolução científica que superou o cenário de fanatismo religioso inerente ao feudalismo. O Iluminismo estabeleceu as bases para o desenvolvimento do pensamento liberal clássico, fundamentado em ideais de progresso e liberdade em oposição ao absolutismo político dominante. O liberalismo econômico emergiu como uma teoria contrária ao modo de produção feudal e se tornou a teoria do capitalismo emergente. Nesse contexto pré-revolução industrial, Adam Smith, filósofo escocês considerado o pai da economia moderna, desenvolveu sua teoria, sendo o principal expoente da economia política clássica. (HOBSBAWM, 2017; MERQUIOR, 2014).

Os países europeus em que os autores liberais escreviam se encontravam em um contexto em que a interferência estatal era vista com desconfiança, devido ao comportamento prejudicial e despótico dos monarcas naquela época. Não é à toa que os liberais clássicos defendiam a limitação dos poderes do governante. Assim, o cerne do pensamento liberal estava na ideia de restringir o poder do Estado e garantir a liberdade individual. (FRITSCH, 1985; VÁRNAGY, 2006; HILL, 1985; BURNS, 1982).

1.1 O liberalismo e o Estado em Smith

Adam Smith, influenciado pela teoria do pai do liberalismo, John Locke (1632-1704), incorporou a expressão "contrato", proveniente da teoria do "contrato social", tornando-se, assim, herdeiro do contratualismo iluminista de Locke (1998). Isso significa que sua visão de governo pressupõe um consentimento popular, um contrato que existe em prol do bem da sociedade. Em outras palavras, as proposições da



economia política de Smith têm como objetivo subjacente um governo que sirva ao bem-estar do corpo social.

O comércio e as manufaturas raramente podem florescer por muito tempo em um país que não tenha uma administração de justiça normal, no qual as pessoas não se sintam seguras na posse de suas propriedades, no qual a fidelidade nos contratos não seja garantida por lei e no qual não se possa supor que a autoridade do Estado seja regularmente empregada [...]. Em suma, o comércio e as manufaturas raramente podem florescer em qualquer país em que não haja um certo grau de confiança na justiça do Governo (SMITH, 1985b, p.316).

No relato de Smith acerca da indústria moderna, a individualidade, quando muito, emerge como resultado final da divisão do trabalho, não como seu ponto de partida. (LANDA, 2009). Smith ressalta a importância de três elementos fundamentais para o funcionamento da troca no sistema capitalista: a presença de lei e ordem, o direito à propriedade e o cumprimento de contratos (GOLSMITH, 1995). Esses aspectos são essenciais para estabelecer um ambiente propício às transações comerciais.

No que diz respeito aos contratos, eles são vistos por Smith como os mecanismos pelos quais os indivíduos buscam e garantem acordos comerciais, representando pactos entre duas ou mais partes. Por meio desses acordos, as partes de uma negociação podem ter a garantia de uma permuta com isonomia. Dessa forma, os contratos ampliam as possibilidades de transações e propiciam economias de escala na produção e distribuição. Smith argumenta que, sem contratos, o sistema capitalista não pode atuar adequadamente (GOLSMITH, 1995).

Em *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*, Smith (1985b) atribui políticas públicas que poderiam impulsionar o aumento do produto nacional bruto per capita. Smith é, com frequência, entendido como um defensor do capitalismo desregulado, mas isso não significa uma ausência do governo. Pelo contrário, ele reconhece a importância do setor governamental. Smith não defende a ideia de que a melhor política econômica é a ausência de qualquer intervenção governamental. Ele argumenta que é necessário impor limites e fornecer apoio para o desenvolvimento e distribuição de riquezas, isso porque o sistema econômico “natural” não produz *per se* as condições materiais necessárias da sociedade. (GOLDSMITH, 1995).

Das atribuições do "soberano", como descrito por Smith (1985b), uma delas é a criação e manutenção de obras e instituições públicas que não podem ser realizadas pelo setor



privado. Essa limitação decorre dos altos custos iniciais de certos investimentos, da perspectiva de retornos lentos e/ou insuficientes, bem como das despesas contínuas de administração, variáveis em diferentes períodos, como estradas, pontes, canais, portos, entre outros. Embora uma empresa privada possa financiar a construção de infraestruturas de interesse público, sua manutenção frequentemente seria negligenciada¹. (SMITH, 1985b).

O Estado smithiano deveria administrar uma moeda estável. Além disso, a infraestrutura que permite a circulação econômica, ou seja, o movimento de bens e serviços no mercado, também desempenha um papel importante nessa função (GOLDSMITH, 1995). Smith (1985a, p.357) destaca que viabilizar a renda da população é responsabilidade do chefe de Estado. No entanto, não dá detalhes sobre como isso é alcançado.

No que diz respeito a liberdade religiosa e a educação, Smith, profundamente enraizado em sua herança iluminista, advoga por um Estado laico, para que a religião não aliene o povo. (SMITH, 1985b).

Uma das soluções apresentadas por Smith (1985b) contra o fanatismo é o incentivo do Estado à promoção de atividades recreativas públicas. Ademais, o autor defende o amplo acesso à educação. Muitas consequências negativas para a sociedade surgem quando a educação é mantida como um empreendimento privado e voluntário. (GOLDSMITH, 1995).

A educação é essencial no pensamento de Smith, especialmente para aqueles que pertencem à classe trabalhadora, pois:

O homem que gasta toda sua vida executando operações simples, cujos efeitos também são, talvez, sempre os mesmos ou mais ou menos os mesmos, não tem nenhuma oportunidade para exercitar sua compreensão ou para exercer seu espírito inventivo no sentido de encontrar meios para eliminar dificuldades que nunca ocorrem. Ele perde naturalmente o hábito de fazer isso, tornando-se geralmente tão embotado e ignorante quanto o possa ser uma criatura humana. [...]. Ele é totalmente incapaz de formar juízo sobre os grandes e vastos interesses de seu país (SMITH, 1985b, p.213).

¹ Smith (1985b) exemplifica isso com o caso de uma estrada: se um proprietário a utilizasse como fonte de renda através de pedágios, ele não teria incentivo para realizar reparos, pois os motoristas continuariam pagando a mesma taxa, uma vez que é inevitável para quem deseja utilizar a estrada, garantindo assim a mesma receita ao proprietário. No entanto, se a estrada fosse de responsabilidade pública, o governante teria a obrigação de mantê-la e seria cobrado por essa responsabilidade. Segundo Smith, as obras públicas podem se sustentar por si mesmas ou ser financiadas através de impostos que recaem sobre os mais ricos.



É responsabilidade do Estado fornecer educação, evitando que ela fique sujeita aos interesses dos instrutores ou às tendências da moda. Somente uma educação livre de interesses mercantis permite o florescimento da ciência. Segundo Smith (1985b), o Estado pode, com gastos relativamente baixos, facilitar, encorajar e até mesmo impor a todos a necessidade de aprender os princípios mais essenciais da educação.

Segundo Smith (1985a), uma população instruída é mais "sensata" do que um povo ignorante, pois é capaz de fazer uma avaliação justa do governo e não se deixa manipular por ele. No entanto, Corazza (1985) destaca que Smith reconhece que, sob o liberalismo, a grande maioria da população tem o "direito de escolher" empregos que anestesiam suas mentes e impedem uma "conversão racional". Essa é uma das principais contradições do liberalismo smithiano: a liberdade individual de ação, vista como um requisito para o desenvolvimento e o bem-estar em geral, acaba excluindo a maioria da população dessas oportunidades. Nesse sentido, o Estado liberal assume as características defendidas por Smith e outros economistas liberais, sendo ao mesmo tempo um garantidor da liberdade individual de ação e responsável pelo pagamento dos danos causados (CORAZZA, 1985).

Além disso, no sistema capitalista, o Estado desempenha um papel crucial na manutenção da ordem burguesa, preservando a propriedade privada e garantindo a segurança da classe dominante. A paz e a segurança são necessárias para garantir o fluxo contínuo de mercadorias e o desenvolvimento do modo de produção capitalista. O Estado assume o papel de proteger os interesses dos proprietários, utilizando tanto a coerção interna quanto a externa. Assim, ao Estado cabe certificar a segurança comunidade, tanto por meio de uma força militar quanto pela manutenção da ordem e justiça internas. (SMITH, 1985b)

Em suma, Smith enfatiza as múltiplas funções do Estado na proteção dos interesses públicos e na garantia do bem-estar geral da sociedade.

2. O contexto neoliberal

A trajetória do pensamento liberal ao longo de sua história não seguiu um curso linear. Seus processos traçaram um itinerário dúbio e, muitas vezes, continham uma série de antinomias entre os componentes de pensadores que se autodenominaram (ou foram



assim nominados) de “liberais”. Merquior (2014) escreveu que houve "progressos" e "retrocessos", mas é necessário questionar o que seria uma progressão em uma linha teórica. O que pode ser considerado um "aperfeiçoamento" por alguns pode muito bem ser entendido, de outro lado, como um processo reacionário.

A ordem liberal foi estabelecida com base na distribuição de liberdades e restrições de liberdade, com liberdades privilegiadas para a elite e deveres impostos às massas. O liberalismo esforçou-se para eliminar a natureza absoluta da política. No entanto, ao buscar a emancipação política das massas, o liberalismo enfrentou desafios e tensões crescentes. A burguesia do século XIX abandonou o igualitarismo teórico de Smith e abraçou uma versão neo-aristocrática de direitos inatos, defendendo o sistema capitalista.

A decadência do liberalismo de cunho "revolucionário" foi entendida (e aqui defendo que tenha sido) como uma marcha rumo ao reacionarismo, principalmente após a consolidação da burguesia no poder no século XIX, com o advento do chamado "pensamento neoclássico" que confrontou a economia política como linha teórica vigente. (HUNT, 2005; NETTO & BRAZ, 2007).

Desde já, foi possível identificar elementos contrarrevolucionários que aquele século trazia para uma remodelagem do liberalismo teórico e político. As crises que ocorreram ainda no século XIX trouxeram à tona uma espécie de "liberalismo conservador" que já se afastava de um pensamento mais democrático e republicano. O conservadorismo liberal inglês, no entanto, ainda não era reacionário, pois mantinha algumas ideias basilares de liberdade política e religiosa. (MERQUIOR, 2014).

Houve diversas facetas do conservadorismo liberal ao longo da história. No final do século XIX, despontaram as teorias de um filósofo inglês chamado Herbert Spencer. Em sua análise, ele atribuiu a crise da governabilidade liberal à intervenção econômica. Spencer desenvolveu uma doutrina que ficou conhecida como "spencerismo", que confrontava o reformismo social, associando-o ao socialismo. De acordo com suas ideias, o liberalismo já havia limitado o poder dos monarcas e agora deveria restringir o poder dos parlamentos. Como um firme opositor da intervenção estatal, Spencer sustentava uma posição contrária às leis de proteção trabalhista e de saúde, chegando a



se opor até mesmo à obrigatoriedade da vacinação. (DARDOT & LAVAL, 2016; MERQUIOR, 2014).

Herbert Spencer introduziu conceitos importantes na teoria liberal, como a competição nas relações social², que posteriormente foram incorporados pelo neoliberalismo, embora esta corrente tenha negligenciado as contribuições desse filósofo. Seu utilitarismo estava mais conectado ao evolucionismo e à biologia do que a aspectos jurídicos e econômicos. Spencer distorceu a teoria evolucionista ao estabelecer o chamado "darwinismo social"³, associando-a à competição econômica, onde os mais "fortes" prevalecem. Ele atribuía a cada indivíduo a responsabilidade por sua posição social, como se a própria natureza selecionasse os mais adaptados, acreditando que as instituições não deveriam interferir no curso natural do progresso. (DARDOT & LAVAL, 2016; MERQUIOR, 2014).

O aprofundamento da espécie de "crise" do liberalismo clássico se dá, entretanto, somente após a Grande Guerra, seguida pela assoladora crise econômica de 1929. Neste contexto, a teoria dos neoclássicos se depreendia ainda mais da realidade em face do capitalismo em escala mundial e ao movimento operário que se consolidava, ansiando por reformas sociais. (DARDOT & LAVAL, 2016).

O ideal do laissez-faire foi gradualmente abandonado, exceto por aqueles que eram completamente avessos à intervenção, e as teorias liberais foram adaptadas para preservar o capitalismo. Em 1926, John Maynard Keynes (1883-1946) publicou "O Fim do Laissez-faire", criticando essa doutrina simplista, assim como suas ramificações nas teorias de livre concorrência e darwinismo social (KEYNES, 1983).

Keynes proclamou sua doutrina de "novo liberalismo", onde o Estado desempenha um papel importante na intervenção política e econômica. No pós-guerra, as políticas "keynesianas" foram implementadas visando suavizar o ciclo econômico. O período pós-guerra foi marcado pela Guerra Fria, um conflito tenso entre as grandes potências

² Não foi Spencer o pioneiro entre os liberais conservadores utilitários a utilizar a teoria do darwinismo social. Antes dele, Walter Bagehot (1825-1877) recorreu ao darwinismo social como forma de restringir a democracia. Bagehot considerava o sucesso social e nacional como exemplos da "sobrevivência do mais apto" e apoiava a função social da força juntamente com a fraude institucional. No entanto, foi através da voz de Herbert Spencer que a teoria se difundiu. (MERQUIOR, 2014).

³ Darwin jamais endossou tal crença; pelo contrário, para o biólogo, os "instintos sociais" levavam à anulação da seleção natural, e a civilização desempenhava um papel auxiliar na preservação da espécie. (DARDOT & LAVAL, 2016).



emergentes da Segunda Guerra Mundial: a União Soviética, liderando o bloco comunista, e os Estados Unidos, dominantes no mundo capitalista. Embora houvesse uma alta tensão bélica, nenhum lado tinha coragem de iniciar um "suicídio da civilização" através de uma batalha real. (HOBSBAWM, 1995).

Paralelamente, visando reformar o liberalismo que se encontrava decadente, alguns intelectuais que se opunham ao “novo liberalismo” keynesiano começaram a se organizar.

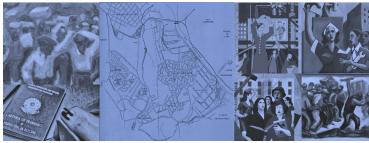
Ainda no ano de 1938, o Colóquio de Walter Lippmann (Colloque Walter Lippmann) foi organizado em Paris pelo filósofo Louis Rougier⁴ (1889-1982), sendo considerado por alguns estudiosos como o evento fundador do pensamento neoliberal. (DENORD, 2001; DARDOT & LAVAL, 2016).

Este colóquio, no entanto, contava com uma cisão entre os pensadores, de um lado uns presavam por um resgate ao “verdadeiro” liberalismo, de outro havia aqueles que queriam a transformação da doutrina liberal. Todavia, seus inimigos em comum tornavam aquele dissenso quase insignificante. Pierre Dieterlen descreveu o evento como a "conferência do medo", pois havia um receio latente sobre as consequências desencadeadas pelas falhas do liberalismo. (DENORD, 2001; DARDOT & LAVAL, 2016).

Ludwing Von Mises e Friedrich Hayek estiveram no Colóquio, representando a corrente conservadora que propunha uma renovação do *laissez-faire*, mas sem abandoná-lo, defendendo o mercado da interferência estatal. Eles acreditavam, além do mais, que a crise foi resultado da traição aos princípios do liberalismo clássico, que teria sido causada pelas regulamentações. Suas visões contrastavam com as de Rougier, Lippmann e os ordoliberais alemães, que consideravam que as razões da crise residiam no seio do liberalismo clássico. (DARDOT & LAVAL, 2016).

Porém, somente após a conclusão da Segunda Guerra Mundial é que o evento mais influente e impactante no contexto do neoliberalismo veio à luz, resultando na formação da Sociedade de Mont-Pèlerin. Durante a conferência em Mont-Pèlerin, na Suíça, os

⁴ Louis Rougier, especialista em filosofia da ciência e estudos políticos e econômicos, defendeu o liberalismo econômico e se opôs a qualquer forma de totalitarismo. Apesar de sua influência na época, Rougier foi gradualmente "esquecido". No entanto, Jacques Rueff o descreveu como o "grande construtor da restauração liberal" e Maurice Allais o chamou de "príncipe do pensamento", garantindo a ele um lugar importante na história do liberalismo. (DENORD, 2001).



participantes se opunham explicitamente ao intervencionismo e ao coletivismo. No entanto, isso não representa apenas uma radicalização do liberalismo, tampouco uma mera reafirmação de seus princípios. O pensamento de Hayek, em especial, desenvolveu uma crítica ao antigo laissez-faire (DENORD, 2001; DARDOT & LAVAL, 2016) e propôs uma base sólida para um novo sistema capitalista "livre de regras". (ANDERSON, 1995).

Apesar disso, os membros da Mont Pelèrin, sobretudo Hayek, entendiam a corrente como uma recuperação do liberalismo europeu tradicional, uma espécie de restauração ao “sentido original do liberalismo”. (ANDERSON, 1995).

O neoliberalismo tem raízes, de acordo com alguns estudiosos, a partir da fundação da chamada “Escola Austríaca” por Carl Menger, da qual Ludwig Von Mises é seu descendente quase direto. (MATOS, 2008). Os pensadores da chamada “corrente neoliberal” se entendiam como pertencentes a um contramovimento que se opunha ao declínio da “fé” na propriedade privada e no livre mercado. (SHAMMAS, 2017).

O movimento veio a ter mais importância, não em sua época, mas com a decadência do pensamento e das políticas keynesianas após a crise dos anos 1970.



2.1 O liberalismo e o Estado em Hayek

Na primeira metade do século XIX, o francês Alexis Tocqueville tinha uma concepção particular entre seus pares associados ao liberalismo, para o pensador político em questão, a tendência das Américas de uma espécie de “igualdade social” acabava por limitar as liberdades individuais (DUMONT, 2008). Tocqueville e um antecedente, Edmund Burke, consideravam que as ações do povo através de movimentos populares poderiam causar uma degeneração do governo e do Estado democrático como um todo. (BUTLER, 2018).

É desta perspectiva particular de democracia (ou seja, de pensadores muito mais conservadores do que liberais) que Hayek parece ser herdeiro⁵, mais do que o seu declarado apoio ao “resgate do liberalismo clássico” ou o que ele entendia pelo liberalismo de Smith. Hayek tentou se distanciar do pensamento dos benthamitas, dos seguidores de Stuart Mill, e entre outros dos quais o posterior Partido Liberal Inglês se inspirava. Todos eles, de acordo com o pensador austríaco, se associavam ao modo de pensar socialista. (LANDA, 2009; HAYEK, 1949).

Em 1944, Hayek publica "O Caminho da Servidão" como uma crítica ao Partido Trabalhista Inglês, que disputaria as eleições de 1945, considerado por ele uma expressão do socialismo intervencionista (ANDERSON, 1995). Embora o livro tenha sido descrito por seu próprio autor, em seu prefácio de 1976 da edição inglesa, como "panfletário" e tenha recebido diversas reações, ele se tornou a obra mais importante de Hayek, superando suas obras mais acadêmicas (HAYEK, 1994).

De acordo com Hayek (1949) a ideia de “individualismo” foi deturpada, tal como outros termos. Em seus textos ele, então, procura resgatar o que para ele representaria o verdadeiro sentido dessas palavras. Hayek utiliza o entendimento de Saint-Simon, alegando que este foi quem cunhou os termos "individualismo" e "socialismo, sendo o primeiro o modelo de uma sociedade competitiva e o segundo dir-se-ia de uma sociedade de planejamento central.

⁵ Hayek propôs que a sociedade que ele formou com seus colegas na Suíça fosse chamada de "Acton-Tocqueville Society", em homenagem a Lord Acton e Alexis de Tocqueville. No entanto, essa proposta foi rejeitada por seus colegas, que a consideraram dogmática e carregada de uma ortodoxia ultrapassada (SHAMMAS, 2017).



Hayek enumera uma série de autores completamente desiguais (e até mesmo opostos) e os coloca em uma mesma corrente com a finalidade de criticá-los, os quais seriam identificados com o socialismo e o planejamento central, todos eles constituir-se-iam de “racionalistas construtivistas”: Descartes; iluministas franceses; fisiocratas; Hegel; Saint-Simon; Comte; Marx; Bentam e Mill; Keynes; dentre outros nomes completamente alheios uns aos outros. (GUIMARÃES, 2022). Esses autores teriam, além do mais, construído uma perspectiva paralela de “individualismo”, seriam conhecidos como individualistas, mas na realidade seriam o exato oposto: coletivistas. (HAYEK, 1949).

Guimarães (2022) classifica esse “racionalismo construtivista” de Hayek como um espantalho construído para que o autor pudesse atacar certos grupos de pensadores, mas representa algo de natureza mítica, irreal. A questão não é existir um pensamento que de alguma maneira poderia se aproximar da ideia heyekiana de racionalismo construtivista, mas o autor usa esse conceito vago para hostilizar pensadores e ideias que nada teriam relação com essa corrente.

O centro das críticas, no entanto, como não poderia deixar de ser, era o planejamento central soviético, classificado por Hayek de “socialismo real”. E daí que parte sua crítica ao cálculo socialista, inserindo-o nesse complexo debate. Ele o faz, porém, avançando ainda mais na condenação ao planejamento, censurando qualquer forma de intervenção consciente na sociedade. (GUIMARÃES, 2022).

De acordo com Hayek (1994), as liberdades individuais devem operar acima de qualquer dilema coletivo, sendo a liberdade econômica a que impera sobre todas as outras, onde a livre concorrência é seu fundamento. “A colaboração espontânea de homens livres muitas vezes cria coisas que são maiores do que suas mentes individuais jamais podem compreender completamente. Este é o grande tema de Josiah Tucker e Adam Smith”. (HAYEK, 1949, p.7).

Hayek (1949) possui o errôneo entendimento que aquilo que Smith chamou de “mão invisível” diria respeito a uma espécie de orientador divino do mercado. Assim fazendo, o autor leva às últimas consequências, como outros tantos autores, àquilo que é muito longe de uma defesa do *laissez faire* (GOUVÊA, 2023) e atribui ao pensamento smithiano algo que é particular de seu pensamento: uma racionalidade do mercado



perante a insuficiência da racionalidade humana em lidar com a organização econômica. “se forem deixados livres, os homens frequentemente alcançarão mais do que a razão humana individual poderia projetar ou prever (HAYEK, 1949, p.11).

Assim, o Estado planejador é fundamentado em uma ideia unificadora, não há possibilidade de harmonizar os desejos da sociedade, pois “os interesses a serem conciliados são tão divergentes que há pouquíssima probabilidade de se obter um verdadeiro acordo em qualquer assembleia democrática” (HAYEK, 1994, p.81). Assim, a intervenção estatal faria ascender, inevitavelmente, uma espécie de “ditador econômico”.

A ordem espontânea que Hayek, deste modo, apoia, para ele é originado no iluminismo escocês de Smith e Hume. Dessa forma, o pensador austríaco busca estabelecer uma conexão entre seu pensamento e o iluminismo, porém, ao fazê-lo, distorce a realidade. Sua interpretação é equivocada, uma vez que Smith próprio apresentava diversas propostas que visavam reformar a legislação para promover um melhor funcionamento da sociedade comercial. (GUIMARÃES, 2022; GOUVÊA, 2022; SMITH, 1985b).

Na realidade, o austríaco Carl Menger foi precursor na ideia de ordem espontânea do mercado, mas, ao contrário de Hayek, Menger reconheceu que as teorias de Adam Smith e seus seguidores eram unilateralmente racionalistas. Esse austríaco também destacou que nem todas as instituições sociais são espontâneas e não intencionais, corroborando a ideia de existência da ação social intencional na criação de algumas instituições. O autor atribuiu a origem da ideia de ordem espontânea às concepções de Edmund Burke e à Escola Histórica Alemã do Direito. Embora Hayek tenha reconhecido ter sido influenciado por Menger, ele tentou associá-lo ao iluminismo escocês. (GUIMARÃES, 2022).

Para Hayek, no entanto, a ordenação das ações por indivíduos ou grupos organizados através de regras e políticas normativas seriam exemplos do que ele critica como “racionalismo construtivista”. (MOORE, 2016).

O livre mercado e a propriedade privada são o centro do pensamento hayekiano, o qual todo entendimento gira em torno desses pilares que deveriam ser defendidos de todo e qualquer intervencionismo. Esses preceitos são a base do capitalismo e este, de acordo com Hayek, não é um modo de produção explorador, ao contrário, o proletariado é



favorecido pelo capitalismo que fornece seu meio de subsistência. (LANDA, 2009). Sua defesa ao capitalismo como ordem social é sempre explícita. Dada a conjuntura histórica em que escrevia, essa reafirmação ideológica era de grande importância diante das transformações que estavam ocorrendo e da possibilidade real de uma sociedade comunista. (GUIMARÃES, 2022).

Hayek busca conciliar interesses opostos: ele argumenta que o nazismo surgiu para destruir o liberalismo, embora admita que tal objetivo já estivesse realizado quando Hitler se tornou chanceler. Landa (2009) explica como esse argumento pode ser usado como uma fundamentação para a violência dos nazistas: eles teriam chegado ao poder com o propósito de atacar os liberais, mas sem ter mais o que fazer, redobram sua fúria contra socialistas e comunistas, que os privaram “de sua missão existencial”. Hayek, para advogar em prol de sua interpretação, cria “dicotomias míticas” entre nazismo e liberalismo, desafiando fatos políticos básicos da realidade.

2.2 O reacionarismo em Hayek

Hayek sustentava que a planificação de inspiração russa foi aplicada em países totalitários, como a Alemanha nazista, e argumenta que o socialismo e o fascismo são variações do totalitarismo e não se opõem um ao outro, sendo que o fascismo teria surgido como uma reação ao socialismo. Além disso, ele minimiza a luta da esquerda contra o nazismo, afirmando que o conflito existente na Alemanha entre as facções "direita" nacional-socialista e "esquerda" é o tipo de conflito comum entre facções socialistas rivais (HAYEK, 1994).

Hayek propõe regras de conduta que não têm origem racional, ao contrário, são consideradas irracionais. Segundo ele, os indivíduos são incapazes de compreender essas regras devido à falta de raciocínio sistemático. As regras são apenas uma lista de ações possíveis presentes na mente das pessoas, que podem segui-las sem consciência. O autor gera um entendimento pseudocientífico à ordem espontânea ao compará-la com a evolução biológica. Segundo Hayek, as regras da ordem espontânea surgem através de um processo de evolução cultural sem deliberação racional. Essa ordem é considerada natural, assim como a seleção natural na biologia. No entanto, essa analogia com processos biológicos não é original desse austríaco e tem sido associada a tendências



ideológicas reacionárias. Hayek reconhece a necessidade de uma reconstrução racional da origem da ordem espontânea, uma história conjectural que não se baseia em fatos verificáveis. Para ele, a história é apenas um esquema mental interpretativo. (GUIMARÃES, 2022).

Hayek, em sua adesão à tradição do irracionalismo, substitui a história real por uma pseudo-história. Essa pseudo-história se aproxima da linguagem irracionalista do pós-modernismo e da extrema-direita contemporânea, que consideram a história meramente uma narrativa. A ordem espontânea defendida por Hayek é uma construção formal que negligencia as diferenças entre escravidão, servidão e assalariamento. Em sua visão, existe apenas uma ordem espontânea, a do capitalismo. Diferentemente da evolução biológica, Hayek não reconhece o surgimento de novas ordens sociais em sua teoria da evolução cultural. (GUIMARÃES, 2022).

A evolução cíclica de Hayek, baseada no método de Spengler, revela-se como um mito que oculta os fatos da realidade social. Sua analogia superficial entre a evolução das espécies e a evolução cultural é desprovida de qualquer relação com a evolução biológica. Hayek argumenta que a evolução cultural ocorre por meio da variação, transmissão e seleção das regras de conduta, porém negligencia explicar adequadamente os mecanismos envolvidos nesse processo, ao excluir a causalidade das ciências sociais. (GUIMARÃES, 2022).

O racionalismo evolucionário de Hayek, com seu agnosticismo epistemológico e sua concepção das regras de conduta, está estreitamente ligado à ideologia capitalista. Para Hayek, a razão evolucionária se resume em discernir a conformidade ou não com as regras estabelecidas. Essa forma de racionalidade é meramente um meio útil para os indivíduos alcançarem seus interesses pessoais. No entanto, essa perspectiva negligencia o uso de um raciocínio sistemático e a compreensão real do mundo, excluindo assim a análise crítica das estruturas sociais e econômicas em vigor. (GUIMARÃES, 2022).

A suposta razão evolucionária de Hayek não traz consigo nenhum conhecimento verdadeiro ou aproximado do mundo, uma vez que se limita a seguir regras estabelecidas que são "preservadas por sua utilidade" (HAYEK, 1978). Resumidamente,



a suposta racionalidade evolucionária de Hayek se alinha perfeitamente ao irracionalismo ontológico. (GUIMARÃES, 2022)

A ordem espontânea de Hayek emerge por meio da seleção das regras de conduta, porém, os mecanismos dessa seleção permanecem obscuros. Hayek alega que os mecanismos da evolução cultural diferem daqueles da evolução biológica. Ele argumenta que a transmissão das regras não é de natureza genética, mas ocorre por meio do aprendizado de tradições. Além disso, a transmissão das regras não se dá através da descendência dos indivíduos (HAYEK, 1988). No que diz respeito à seleção, a diferença fundamental é que Hayek propõe uma seleção de grupo na evolução cultural, em contraste com o darwinismo social, que se concentra na seleção dos indivíduos e de suas capacidades inatas, negligenciando a seleção de instituições, práticas e características culturalmente transmitidas (HAYEK, 1982; GUIMARÃES, 2022).

No entanto, uma análise mais cuidadosa revela que, apesar dessas supostas diferenças, a proximidade entre a evolução cultural segundo Hayek e o darwinismo social é maior do que se poderia inicialmente suspeitar. Hayek defende que as regras de conduta são selecionadas por meio de um processo de concorrência (HAYEK, 1988).

Essa concorrência ocorre entre grupos sociais que adotam diferentes conjuntos de regras de conduta, sendo que o objetivo dessa competição é a sobrevivência do grupo, regras selecionadas são aquelas adotadas pelo grupo que consegue sobreviver. Hayek, portanto, compartilha o mesmo princípio do darwinismo social: a luta pela sobrevivência entre grupos humanos. Embora ele não defina esses grupos com base em características biológicas, como faz o darwinismo social, ele os define com base em características culturais. Isso revela o conceito fatal de Hayek, o chamado darwinismo cultural, que representa a luta pela sobrevivência entre diferentes grupos culturais. (GUIMARÃES, 2022)

Contrariando sua tentativa de se distanciar do darwinismo social, Hayek admite práticas que diminuem o valor de algumas vidas individuais, como infanticídio, abandono dos idosos e doentes, e assassinato de indivíduos perigosos em prol da sobrevivência e multiplicação do grupo. Ele também estabelece um "cálculo de vida" com base no valor de mercado. Essas evidências foram convenientemente omitidas ou ocultadas pelos estudiosos de Hayek. Hayek argumenta que nem todas as vidas individuais são



igualmente importantes, pois algumas são consideradas mais valiosas por sua capacidade de criar ou preservar outras vidas. Esse "cálculo de vida" é um princípio muito aparentado com o fascismo, que justifica a morte em nome da sobrevivência do grupo. (GUIMARÃES, 2022)

Nada impede que a ordem espontânea de Hayek seja implementada de maneira irracional e deliberada por meio da vontade de um grupo dirigente que utiliza coerção, guerra, disseminação de falsas crenças e morte de indivíduos em prol da sobrevivência do grupo. Em outras palavras, a implementação da ordem espontânea de Hayek pode ocorrer por meio de uma ditadura fascista. Isso explica a coerência teórica de Hayek em apoiar a ditadura de Pinochet e sua aceitação pela atual extrema direita fascista. (GUIMARÃES, 2022).

Mesmo após a experiência do fascismo, Von Hayek se apresenta contra uma democracia ilimitada que, segundo ele, seria incompatível com o liberalismo, desencadeando uma espécie de "democracia totalitária" ou "ditadura dos plebiscitos. (LANDA, 2009).

Hayek descarta, em sua visão, a avaliação crítica intencional das regras e instituições como um mecanismo de seleção. Isso o coloca em desacordo com Smith, a quem ele recorre como mentor, pois este atribui um papel significativo no desenvolvimento de regras e instituições. Em sua análise da ordem espontânea e da evolução dos sistemas de regras, Hayek enfatiza a impossibilidade de agência intencional, controle e direção. (MOORE, 2016).

A visão de Hayek sobre a política democrática contrasta constantemente com sua teoria da ordem espontânea. Ele acredita que existem apenas dois tipos de ordem social: a espontânea e a planejada. Segundo ele, não há outra opção além de uma ordem governada pela disciplina impessoal do mercado ou uma ordem dirigida pela vontade de alguns indivíduos. Hayek argumenta que as democracias tendem a criar a demanda por um líder forte ou um partido capaz de agir, ao mesmo tempo em que delegam poderes a tecnocratas. Isso pode levar à degeneração da democracia em ditadura ou governo de especialistas. Esses regimes buscam justificar decisões arbitrárias construindo teorias e fatos para apoiar conclusões preestabelecidas. (MOORE, 2016).



Sua aversão à tecnocracia de primeira ordem, que seria o planejamento burocrático direto como substituto da competição, reflete seu profundo ceticismo em relação a submeter a vida coletiva à razão. Ele acredita que, quando as pessoas comuns olham criticamente para sua sociedade, veem muitas injustiças. No entanto, Hayek argumenta que elas estão equivocadas, especialmente se acharem que a organização da sociedade deve ser fundamentalmente alterada para resolver esses problemas. Isso o leva a uma direção antiliberal ou a uma contradição em sua versão do liberalismo, uma vez que implica uma tutela quase platônica de uma ordem liberal. (MOORE, 2016)

Hayek afirma a necessidade de examinar criticamente cada instituição social existente, livre de pressupostos, para determinar se ela possui uma função social positiva e um histórico que a torna digna de respeito e preservação. No entanto, como Hayek não possui uma teoria confiável sobre deliberação pública, ele não consegue explicar, dentro de sua própria estrutura teórica, como esse processo de exame crítico ocorreria nas estruturas democráticas. A argumentação implícita de Hayek em favor da manutenção autoritária dos princípios liberais é uma consequência não intencional de sua própria teorização contra o autoritarismo. (MOORE, 2016)

Hayek, em uma entrevista de 1981 para o jornal El Mercurio de Santiago, expressou sua preferência por um ditador supostamente "liberal" em vez de um "governo democrático carente de liberalismo". Ele via o Protetorado de Cromwell como um exemplo de como uma ditadura militar aparentemente "benévola" poderia facilitar a transição para uma ordem liberal e uma democracia limitada. (FERRANT et al, 2012).

Em outros escritos, Hayek elogiou o regime de Pinochet, com ênfase no seu louvor à política econômica chilena. Por exemplo, em um artigo para o The Times em 1978, mencionando explicitamente Pinochet, ele observou que sob certas "circunstâncias históricas" um governo autoritário poderia ser mais favorável à preservação da liberdade a longo prazo do que muitas democracias. (HAYEK, 1978; FERRANT et al, 2012).

Hayek, antes disso, já havia também expressado sua decepção com a falta de coragem da FAZ em resistir à opinião popular anti-Pinochet. Ele também mencionou que se Strauss, a quem ele conheceu brevemente no Chile, estava sendo atacado por seu apoio ao Chile, ele merecia ser parabenizado por sua coragem. Hayek argumentava que



o regime de Pinochet estava sendo marcado por uma campanha injustamente negativa. Isso também abrangia ao regime de apartheid sul-africano⁶ (que não deveria sofrer sanções) e se estendia ao ditador Oliveira Salazar (embora este último tenha desandado com o tempo)⁷. (FERRANT et al, 2012; SLOBODIAN, 2018).

Hayek afirma que a democracia, sendo apenas um procedimento, não é um fim em si mesma e não deve ser equiparada à liberdade. Segundo o autor, ele estaria disposto a sacrificar temporariamente a democracia em vez de abrir mão da liberdade. (FERRANT et al, 2012).

Para Hayek, o termo "totalitário" possui um significado específico: um sistema que busca organizar toda a sociedade para alcançar um objetivo social definido, negando completamente esferas autônomas onde os indivíduos possam buscar seus próprios fins. Portanto, o totalitarismo é o inimigo do liberalismo. (FERRANT et al, 2012).

Hayek também enfatizou que o liberalismo e a democracia não são necessariamente idênticos, apesar de serem compatíveis. Enquanto o oposto do liberalismo é o totalitarismo, o oposto da democracia é o autoritarismo. Hayek afirmou que um governo democrático pode ser totalitário, enquanto um governo autoritário pode agir com base em princípios liberais. Ele argumentou que o democratismo, com seu poder ilimitado da maioria, tornou-se essencialmente antiliberal. (FERRANT et al, 2012).

3. Implicações: Liberalismo *versus* Neoliberalismo

No início do século XX, o liberalismo clássico, que defendia a propriedade privada e a igualdade (pelo menos no âmbito jurídico) como requisitos para a liberdade, foi

⁶ Embora condenasse o apartheid de forma veemente, ele temia que as ações arbitrárias da ONU ao selecionar certos países para punição representassem uma grande ameaça à economia mundial liberal. Para Hayek, a ONU só poderia proteger sua influência se estabelecesse regras claras e fixas para boicotes ou medidas similares contra países individuais, em vez de se deixar levar pela busca de votos em casos específicos. (SLOBODIAN, 2018).

⁷ “Curiosamente, Hayek enviou a Salazar uma cópia de *The Constitution of Liberty* (1960) de Hayek em 1962 e a nota de Hayek que acompanha Salazar é particularmente reveladora: Hayek espera que seu livro - este "esboço preliminar de novos princípios constitucionais" – “podem ajudar” Salazar “em seu esforço para elaborar uma constituição que seja à prova contra os abusos da democracia”.” (FERRANT et al, 2012, 521)



questionado devido às crises recorrentes de sua doutrina. O neoliberalismo surge como uma resposta ao keynesianismo, mas já se distancia de seus predecessores. Para os neoliberais, a igualdade deixa de ser considerada parte intrínseca da liberdade, que passa a ser centrada em um ideal individualista (irracionalista, no caso de Hayek). O mercado se torna o guardião da liberdade, e o *laissez-faire* se torna o pilar do neoliberalismo. Esta corrente expressa uma crença no capitalismo de livre concorrência, mas também recorre a doutrinas contrárias à própria liberdade para se concretizar. (HARVEY, 2007; PAULANI, 1999).

O neoliberalismo surge como uma doutrina contrarrevolucionária e conservadora. Enquanto teoricamente o liberalismo clássico era democrático, uma vez que o poder do governante provinha do povo. As teorias neoliberais, por outro lado, toleram qualquer regime necessário para a manutenção do capitalismo, inclusive governos ditatoriais. A liberdade defendida pelos clássicos era ampla, enquanto a dos neoliberais é restrita ao âmbito do mercado.

Em Hayek (1994), a igualdade é vista como um caminho para a servidão, e a desigualdade é considerada natural, culpabilizando os indivíduos por sua própria pobreza. Em contraste, em Smith, o indivíduo buscando o seu próprio bem acaba por beneficiar a sociedade como um todo, mas para os neoliberais, o sujeito é manipulado para competir com seus pares, buscando apenas o seu próprio benefício em uma perspectiva puramente individualista, derrubando os demais se for necessário. Esta é a base do indivíduo egoísta e autocentrado neoliberal, apartado da ideia de sociedade.

Considerações finais

Em suma, a concretização do liberalismo clássico resultou em uma democracia limitada, enquanto o neoliberalismo trouxe consigo a perda de direitos em diversas regiões onde foi implementado, culminando no surgimento de tendências fascistas no contexto do capitalismo contemporâneo. Em termos de política econômica, o liberalismo clássico demonstrou uma tendência intervencionista na busca por mitigar os efeitos do sistema capitalista, conforme evidenciado nos trabalhos de Smith. Por outro lado, os neoliberais, apesar de defenderem a privatização mesmo quando Smith apontava prejuízos, e



pregarem o *laissez-faire* como princípio inviolável, agem em busca de seus próprios interesses econômicos, recorrendo a um Estado forte para salvar instituições financeiras e grandes corporações em momentos de crise, quando isso lhes convém. Os neoliberais até mesmo adotam medidas assistencialistas se estas forem vantajosas para o mercado, contrariando suas próprias premissas. Esse paradoxo é utilizado por aqueles que se autodenominam de esquerda, enquanto implementam políticas neoliberais, desorientando o movimento militante e alienando aqueles que se opõem a essa abordagem, criando um ambiente propício para o surgimento de movimentos de extrema direita.

Por ser absurdo referir-se a duas ideologias tão díspares com o mesmo nome, emprega-se a palavra "neo"liberal. Não que seja uma corrente totalmente nova, porque os neoliberais têm uma história e usam o liberalismo e a luta pela liberdade como grito de guerra. O fato de Hayek identificar seus adversários como oponentes da Revolução Francesa não é coincidência. Esses novos liberais estão ancorados na noção do liberal tradicional, ainda que nada tenham em comum com os princípios da referida Revolução.

Na visão de Hayek, todas as crenças na sociedade, sejam verdadeiras ou falsas, são consideradas igualmente como opiniões, o que reflete seu agnosticismo e irracionalismo. (GUIMARÃES, 2022). Então fica fácil de perceber que as suas narrativas são fábulas. Por exemplo, seu conto mítico sobre o nazismo deriva de uma invenção criada para sustentar sua crítica ao socialismo e ao intervencionismo em geral, pois pode ser usado o argumento de “opinião”. Aqui a ausência do embasamento em fatos já fica patente, não é à toa que hoje tudo é debatido nesses termos. Essa falta de fundamentação em fatos contribui para a perda da verdade em meio a considerações individuais igualmente aceitas, independentemente de sua veracidade.

A indefinição e o esvaziamento de sentido de palavras como “liberdade”, “liberalismo” possuem forte correlação com os princípios de Hayek. A ideia de “comunismo/socialismo” *versus* “capitalismo”, sendo o primeiro (e qualquer intervencionismo) considerado um monstro a ser destruído para que a sociedade não desemboque em uma “servidão” e o segundo, o sistema a ser defendido dos “espantalhos” concebidos por esses mesmos ideários.



Atualmente, pode-se perceber nos debates nas redes sociais como essa influência do esvaziamento de ideias está presente nos discursos. O debate se encontra polarizado e entendido como uma luta entre o bem e o mal, entre a liberdade e o intervencionismo como entidades separadas, resultando na fragmentação dos grupos, no estranhamento mútuo e na ausência de um verdadeiro "debate público" ou de uma discussão democrática, mas sim em um ambiente permeado por ódio e pela prevalência da política baseada em opiniões. Nesse contexto, a extrema direita encontra terreno fértil para prosperar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Perry et al. Balanço do neoliberalismo. *In: Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 9-23, 1995.
- BOTTICELLI, Sebastián. Dos concepciones liberales del estado: Adam Smith y Friedrich Hayek. **Praxis Filosófica**, n. 46, p. 61-87, 2018.
- BURNS, Edward. M. **História da Civilização Ocidental**. 2ed. V.1. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1982.
- BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. 1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CORAZZA, Gentil. **Teoria econômica e Estado** (de Quesnay a Keynes). Porto Alegre, RS: FEE, 1985.
- DARDOT, P; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DENORD, François. The Origins of Neoliberalism in France: Louis Rougier and the 1938 Walter Lippmann Conference. **Le Mouvement Social**, v. 195, n. 2, p. 9, 2001.
- DUMONT, Louis. **Homo Hierarchicus: O sistema de castas e suas implicações**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- FARRANT, Andrew; MCPHALL, Edward; BERGER, Sebastian. Preventing the "Abuses" of Democracy: Hayek, the "Military Usurper" and Transitional Dictatorship in Chile?. **American Journal of Economics and Sociology**, Vol. 71, No. 3. July, 2012.
- FRITSCH, Winston. Apresentação. *In: SMITH, Adam. A Riqueza das Nações: investigações sobre sua natureza e suas causas*. V.I. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. p. XII-XXII.
- GOLDSMITH, Arthur A. The state, the market and economic development: A second look at Adam Smith in theory and practice. **Development and Change**, v. 26, n. 4, p. 633-650, 1995.
- GOUVÊA, Bruna M. Os limites da "mão invisível" na teoria de Adam Smith. *In: XI Encontro de Pós-graduação em História Econômica & 9ª Conferência Internacional de História Econômica*, 1., 2022, Campinas. **Anais**. São Paulo : Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2023. P.268-291.



- GUIMARÃES, André. O irracionalismo de Hayek e o pós-fascismo. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v.14, n.3, p. 219-242, dez. 2022.
- HARVEY, D. **Breve historia del neoliberalismo**. Madrid: Akal, 2007.
- HAYEK, F. **Individualism and Economic Order**. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1949.
- HAYEK, F. **New Studies in Philosophy, Politics and Economics and the History of Ideas**. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1978.
- HAYEK, F. **Law, Legislation and Liberty**, 3.vol. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1982.
- HAYEK, F. **The Fatal Conceit**. London: Roulledge, 1988.
- HAYEK, F.A. **O Caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994.
- HILL, C. **A Revolução Inglesa de 1640**. 2 ed. Lisboa: Editorial Presença, 1985.
- HOBSBAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- HOBSBAWM, Eric. **Era das Revoluções: 1789-1848**. 38 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra 2017.
- KEYNES, J.M. O fim do "laissez-faire". In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.) **Keynes (Economia)**. São Paulo: Ática, 1983, p. 106-126.
- LANDA, Ishay. **The Apprentice's Sorcerer: Liberal tradition and fascism**. Leiden: Brill Academic Publishers, 2009.
- LOCKE, J. **Dois Tratados sobre o governo**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1998.
- MACPHERSON, C.B. **Teoria política do individualismo possessivo de Hobbes até Locke**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MATOS, S.T.S. Conceitos primeiros de neoliberalismo. **Mediações**, Vol. 13, n.1-2, p. 192- 213, Jan/Jun e Jul/Dez, 2008.
- MERQUIOR, J. G. **O liberalismo Antigo e Moderno**. 3 ed. São Paulo, SP: É Realizações, 2014.
- MOORE, Alfred. Hayek, Conspiracy, and democracy. **Critical Review Foundation**. 28, p.44-62, 24 may 2016.
- NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. 2 ed. São Paulo, SP: Cortez, 2007.
- PAULANI, L.M. Neoliberalismo e individualismo. Campinas: **Economia e Sociedade**, 13, dez. 1999, p. 115-127.
- SHAMMAS. V.L. Burying Mont Pèlerin: Milton Friedman and neoliberal vanguardism. **Constellations**, Jan, 2017.
- SLOBODIAN, Quinn. **Globalists: the end of empire and the birth of neoliberalismo**. Cambridge, Massachusetts : Harvard University Press, 2018.
- SMITH, A. A riqueza das nações: investigações sobre sua natureza e suas causas. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985a.
- SMITH, A. A riqueza das nações: Investigações sobre sua natureza e suas causas. 2.ed. V.II. São Paulo: Nova Cultural, 1985b.
- SMITH, Adam. **Teoria dos Sentimentos Morais**, ou, Ensaio para uma análise dos princípios pelos quais os homens naturalmente julgam a conduta e o caráter, primeiro de seus próximos, depois de si mesmos, acrescida de uma dissertação sobre a origem das línguas. São Paulo: Martins Fontes, 1999.



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16ª Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

VÁRNAGY, Tomá. O pensamento político de John Locke e o surgimento do liberalismo. En publicação:
Filosofia política moderna. De Hobbes a Marx Boron, Atilio A. CLACSO, Consejo Latinoamericano de
Ciencias Sociales; DCP-FFLCH, Departamento de Ciências Políticas, Faculdade de Filosofia Letras e
Ciências Humanas, USP, Universidade de Sao Paulo, 2006.